



APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ: A POLÍTICA, A REGIÃO E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Fernanda Rocha Veras e Silva
Universidade Federal do Piauí -UFPI

Francisco Pereira de Farias
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Os artigos reunidos nesse dossiê convidam o leitor a percorrer, em perspectiva teórica e histórica, o complexo jogo das determinações recíprocas entre política, região e desenvolvimento capitalista. Nessa perspectiva, a reflexão não se limita à política nacional de desenvolvimento regional, mas se estende aos efeitos regionais das políticas econômica, social e externa do Estado. A política do Estado impacta então na configuração do bloco no poder regional, que, por sua vez, influencia os processos de formulação e execução das políticas estatais, em seus resultados e benefícios aos interesses sociais e territoriais. Os artigos neste dossiê abordam teórica e historicamente dimensões deste complexo jogo de determinações recíprocas de política, região e desenvolvimento capitalista.

Fernando Macedo sustenta o enfoque de que a dimensão nacional constitui o ponto de partida para pensar a política regional. Segundo o autor, “é o Estado nacional o agente capaz de ativar os espaços locais para que desenvolvam suas próprias políticas”. F. Macedo também argumenta que “cada período histórico se apropria de uma ideologia para pensar a organização do território”. No Brasil, a partir dos anos 1990, a “ideologia geográfica” defendida pelo neoliberalismo passa a ser a da globalização, a ideia de que “o território deve ser adaptado às necessidades do capitalismo e integrado aos circuitos internacionais de valor”, impondo uma nova organização socioespacial ao transformar o interior em corredores de exportação. O diagnóstico de Macedo é que “o Brasil, enquanto território, nunca foi o *locus* de reprodução autodeterminada da vida para as populações que nele habitam”.

Sérgio Braga considera que o Estado capitalista constitui um “sistema hierarquizado de atores, aparelhos e instituições distribuídos ‘desigualmente’ no espaço, ou seja, em diferentes níveis territoriais e hierárquicos de exercício do poder”. Essa diferenciação implica que a hegemonia tende a assumir formas distintas em diferentes regiões, refletindo a estrutura espacial desigual da formação social e a coexistência de distintas frações de classe com bases territoriais. Nesse sentido, o território aparece na obra de Poulantzas “como uma dimensão estrutural da reprodução social, inseparável das relações de produção e da estrutura estatal que as organiza”. O Estado “não ocupa simplesmente um território preexistente, mas produz esse território enquanto espaço jurídico-político”.

Francisco Farias destaca os conflitos setoriais e territoriais no âmbito da classe capitalista. Para o autor, os blocos regionais de capitais entram em disputas pelos benefícios da política econômica do governo nacional. Por sua vez, a política de fração hegemônica tenta superar as resistências das frações subordinadas da classe dominante por meio de concessões a estes interesses. Uma das causas contrariantes da tendência ao conflito de capitais são as políticas governamentais compensatórias aos blocos regionais subdesenvolvidos, em troca da integração política nacional. O desdobramento das tensões inter-regionais dos capitais, superando as causas contrariantes, leva à crise política, na qual ascendem os movimentos de secessão.

Valdeir Prestes traz a perspectiva humana ao destacar que o espaço é uma instância social. Com base em análises de Milton Santos, compreende o espaço geográfico, compreendido como totalidade em movimento, permanece como categoria central para a análise das transformações no capitalismo contemporâneo, marcadas pela mundialização do capital. Para Prestes, “em um contexto de aceleração contemporânea, Hoje-Mundo tornam-se sinônimos; a atualidade é planetária e unitária”. Nesse sentido, reitera-se que a região não seria simplesmente objeto empírico dado, mas ponto de partida de inteligibilidade do espaço: “*subespaço* definido a partir do uso do território e das funções exercidas pela sociedade em determinado momento histórico”.

O ciclo se fecha na urna, com Giovanni Macedo demonstrando que qualquer projeto político depende de uma “política congruente”. O argumento é que a inteligibilidade da geografia das votações decorre de sua articulação com a divisão territorial do trabalho e o desenvolvimento geográfico desigual, dinâmicas que exprimem os interesses hegemônicos subjacentes à cena política. Os partidos devem articular a “geografia do poder” (acumulação) com a “geografia do apoio” (legitimação), uma vez que o êxito de qualquer projeto político reflete a capacidade de unificar acumulação e legitimação no território.

Em conjunto, os artigos reunidos elaboram uma reflexão sobre as formas pelas quais o capitalismo se materializa no espaço brasileiro e de como o Estado organiza essa geografia para assegurar sua reprodução.

Boa leitura!